

O perfil setorial do emprego brasileiro nos anos 90*

*Anderson Luís Schneider***

A década de 90 traz consigo mudanças importantes para a estrutura econômica brasileira. Diferentemente da postura que havia prevalecido até o final dos anos 80, na qual a política econômica orientava seus instrumentos na defesa da estrutura produtiva interna, o início da década atual ficou fortemente marcado por uma reorientação desses preceitos no sentido da adoção de um novo modelo que preconiza, em linhas gerais, uma integração mais intensa com os mercados externos e uma revisão do papel do Estado na condição de produtor de bens e serviços. Enquanto a maior integração externa provoca um processo de reestruturação produtiva, na medida em que setores poucos competitivos acabam sendo substituídos por outros, de maior competitividade no comércio internacional, a revisão do papel do Estado e o conseqüente programa de privatizações reduz substancialmente uma das pernas do chamado "tripé" (empresa privada nacional, empresa estatal e empresa estrangeira) que configurou a estrutura básica do capitalismo brasileiro durante a industrialização nacional após 1930.

Como se não bastasse isso para promover significativas transformações na economia nacional, acrescem-se mais três fatores: primeiro, o movimento de globalização, entendido como aprofundamento das relações comerciais e sobretudo financeiras; segundo, a adaptação das empresas locais ao novo paradigma de produção, que implica modificações nas estratégias empresariais, novas bases de competitividade e alterações nos processos de trabalho; e, por fim, a conquista da estabilização de preços a partir do segundo semestre de 1994, que intensificou o ambiente de transformação em curso, tornando mais claras as debilidades encobertas pelas altas taxas de inflação.

* Este artigo corresponde a uma versão revisada da monografia intitulada **Uma Análise do Emprego no Brasil dos Anos Noventa**, apresentada no primeiro semestre de 1999, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. O autor agradece ao Prof. Flávio B. Fligenspan por sua dedicada orientação.

** Economista.

Nesse ambiente de muitas transformações em um curto espaço de tempo, parece não restar dúvidas de que as questões relativas ao mercado de trabalho se revestem de significativa importância, na medida em que se tem gerado um amplo e intenso debate acerca da natureza das modificações ocorridas e de suas implicações subseqüentes. Por outro lado, quando se compara o desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro com aquele ocorrido no passado, as mudanças observadas têm sido grandes o suficiente para lançar dúvidas e novas questões. Dessa forma, em contraponto à formalização das relações de trabalho, ao crescimento do emprego industrial e à permanência de baixas taxas de desemprego, os anos 90 evidenciam um quadro geral no qual se observa o aumento da informalidade, uma perda da importância absoluta do setor industrial na geração de postos de trabalho e a elevação das taxas de desemprego, independentemente da fonte utilizada.

Feitas tais considerações, o presente artigo propõe-se a analisar as mudanças ocorridas no nível de ocupação, segundo o setor de atividade econômica, utilizando as informações disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para isso, o trabalho encontra-se organizado em três seções, além desta introdução: a primeira faz uma breve revisão do comportamento setorial do emprego no período 1940-80; na segunda parte, faz-se uma análise da década de 90; e, por último, a conclusão.

1 - Breve revisão do período anterior aos anos 90

O vigoroso processo de crescimento econômico nacional verificado entre os anos 30 e 70 permitiu abrir amplas oportunidades de inserção em ocupações de atividades não agrícolas a uma população que também cresceu em ritmo bastante rápido. Por outro lado, a transferência de grandes contingentes de trabalhadores para o meio urbano, em virtude da forte concentração da propriedade rural, também provocou uma rápida redistribuição espacial da população, marcada pela sua forte presença em algumas poucas grandes cidades.

Foi essa abundante oferta de mão-de-obra no meio urbano que constituiu a base de trabalho para a indústria de transformação a um baixo custo. Vários autores reforçam a idéia de que as características educacionais desfavoráveis desses trabalhadores não constituíram maiores entraves ao projeto de indus-

trialização.¹ De fato, o expressivo volume de empregos gerados no Setor Secundário entre as décadas de 40 e 70 indica a incorporação de uma considerável parcela da população de pouca ou nenhuma escolaridade ao processo produtivo, possibilitada graças ao paradigma fordista, que configurou o processo de industrialização nacional. No entanto esse modelo não proporcionou oportunidades para estabilizar o vínculo de emprego, nem qualificou a mão-de-obra para uma trajetória sistemática de valorização profissional, prevalecendo elevada rotatividade e baixa remuneração, com os trabalhadores deslocando-se constantemente de um emprego a outro, sem qualquer especialização (BALTAR, 1996).

As informações contidas na Tabela 1 permitem realizar uma breve análise da evolução setorial do emprego entre as décadas de 40 e 70. Um primeiro ponto a ser destacado refere-se à tendência sistemática de perda da participação das ocupações agrícolas no total da estrutura ocupacional brasileira face ao processo de industrialização depois de 1930. Em 1940, dois de cada três trabalhadores brasileiros exerciam algum tipo de ocupação vinculada às atividades primárias, enquanto, em 1980, pouco mais de 30% da mão-de-obra trabalhava no meio agrícola. Cabe destacar que, mesmo com o intenso processo de industrialização e urbanização, o meio agrícola absorveu fluxos crescentes de trabalhadores, passando a perder importância absoluta somente a partir da década de 70 (perda de 385 mil postos de trabalho entre 1970 e 1980).

No que se refere ao espaço ocupacional não agrícola, dos 24,5 milhões de postos de trabalho gerados entre os anos de 1940 e 1980, 34% direcionaram-se para o setor serviços (governamentais, comunitários e pessoais), 28% para a indústria de transformação, 18% para o comércio e 12% para a construção civil. Percebe-se, novamente, o papel fundamental que a indústria e a construção civil tiveram no equacionamento do problema do emprego urbano, em virtude do tipo de ocupação criada por essas atividades, face ao rápido processo de transformação estrutural da economia brasileira, ao possibilitar a inserção ocupacional de grandes contingentes de mão-de-obra de baixa qualificação que configuraram o fluxo campo-cidade.

¹ Ver, por exemplo, Dedecca (1998), Salm (1992) e Baltar (1996).

Tabela 1

População ocupada, segundo o setor de atividade,
no Brasil — 1940, 1970 e 1980

(1 000 pessoas)

SETORES DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO OCUPADA		
	1940	1970	1980
TOTAL	14 758,5	29 338,5	42 271,6
Agricultura (1)	9 725,7	13 130,4	12 745,3
Extração mineral	118,4	175,4	251,2
Indústria de transformação	1 617,1	4 268,6	8 460,0
Construção	262,7	1 719,8	3 171,1
Serviços industriais de utilidade pública	54,6	287,4	410,8
Comércio	800,9	2 715,3	5 163,0
Transportes e comunicações	500,2	1 226,7	1 901,7
Serviços	1 576,0	5 360,6	9 873,5
Serviços governamentais	405,7	1 152,3	1 877,1
Serviços comunitários, de recreação, etc.	292,8	1 843,7	4 133,6
Serviços pessoais	877,5	2 364,6	3 862,8
Atividades mal definidas ...	102,9	454,3	295,0

FONTE: ESTATÍSTICAS históricas do Brasil (1986). Rio de Janeiro : IBGE.
(Séries estatísticas retrospectivas).

(1) Inclui pecuária, extração vegetal, caça e pesca.

No entanto, apesar do crescimento significativo do emprego industrial e daquele vinculado à construção de um sistema mais articulado de serviços público e privado (representando quase 30% do emprego em 1980)², este mostrou-se insuficiente para absorver a totalidade da mão-de-obra existente nas cidades frente ao intenso fluxo migratório e às altas taxas de crescimento demográfico. Dada a limitada capacidade de absorção dos setores modernos no meio urba-

² Levando em conta a soma do setor de serviços com os serviços industriais e transportes e comunicações.

no, uma parcela da População Economicamente Ativa foi obrigada a buscar uma inserção em atividades atrasadas, de baixa produtividade e fora da relação de trabalho assalariado com proteção social, como o comércio ambulante, o serviço doméstico etc.³



Com relação à década de 80, percebe-se que as acentuadas flutuações do nível da atividade econômica afetaram diretamente a dinâmica do mercado de trabalho. Contudo as oscilações deste último foram bem mais reduzidas do que o comportamento da economia como um todo. A manutenção de taxas de desemprego relativamente baixas ao longo da década revela a significativa capacidade de geração de empregos em um ambiente de estagnação e de crescente incerteza frente à aceleração inflacionária. No entanto, apesar da quantidade expressiva de empregos gerados, os 16,5 milhões de novos postos de trabalho criados entre 1979 e 1989 foram distribuídos de forma desigual entre os setores de atividade, ao mesmo tempo em que se constata a interrupção da tendência observada nas décadas anteriores em torno de uma maior participação do emprego industrial no total da população ocupada.

Como se pode verificar nas informações contidas na Tabela 2, os anos 80 mostram um prosseguimento, em menor ritmo, da tendência de queda do peso da ocupação agrícola no total da estrutura ocupacional nacional, que passou de 32,5% em 1979 para 23,2% em 1989. Além disso, visto que o emprego na indústria deixou de apresentar uma maior importância relativa, em virtude da variação quase nula de sua participação na ocupação total entre os anos de 1979 e 1989, nota-se que os nove pontos percentuais perdidos na participação do emprego agrícola foram transferidos para o Setor Terciário, evidenciando um inchaço deste último, no qual todos os ramos cresceram em importância relativa. Destacam-se o comércio, a prestação de serviços, as atividades sociais, os serviços econômicos auxiliares e a administração pública, que cresceram a taxas bem superiores à média no período 1979-89.⁴

³ De acordo com os dados da Tabela 1, os serviços pessoais representavam, em 1980, 9,1% da população ocupada.

⁴ Para maiores informações, ver Schneider (1999).

Tabela 2

Composição da população ocupada, por ramo de atividade,
no Brasil — 1979-1989

	(%)			
RAMOS DE ATIVIDADE	1979	1981	1983	1984
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Total da agricultura	32,5	29,3	27,1	29,8
Total da indústria	23,9	24,7	25,4	21,8
Indústria de transformação	15,5	15,0	14,0	14,2
Indústria da construção	6,9	8,1	9,5	5,8
Outras atividades industriais	1,5	1,7	1,8	1,7
Total dos serviços	43,6	46,1	47,6	48,4
Comércio de mercadorias	9,7	10,3	10,5	10,7
Prestação de serviços	15,2	15,3	16,3	16,6
Serviços econômicos	2,5	2,6	2,5	2,6
Transporte e comunicação	3,7	3,9	3,7	3,6
Serviços sociais	6,6	7,2	7,4	7,5
Administração pública	3,5	4,0	4,1	4,2
Outras atividades	2,4	2,7	3,0	3,1

RAMOS DE ATIVIDADE	1986	1987	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Total da agricultura	25,9	24,6	23,2
Total da indústria	24,2	23,8	23,7
Indústria de transformação	16,2	15,7	15,9
Indústria da construção	6,5	6,6	6,2
Outras atividades industriais	1,5	1,5	1,5
Total dos serviços	50,0	51,6	53,1
Comércio de mercadorias	11,3	11,6	12,3
Prestação de serviços	16,6	17,6	17,6
Serviços econômicos	2,8	2,9	3,2
Transporte e comunicação	3,6	3,8	3,8
Serviços sociais	8,2	8,1	8,7
Administração pública	4,7	4,7	4,7
Outras atividades	2,8	3,0	2,9

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro : IBGE.

Cabe salientar que, apesar do significativo aumento da participação relativa do emprego no Setor Terciário ao longo da década, não se observaram alterações mais expressivas na sua composição interna, mesmo com a ocorrência de taxas de crescimento diferenciadas de seus ramos entre os anos de 1979 e 1989. Com relação ao Setor Secundário, percebe-se, também, a estabilidade de sua composição interna, destacando-se apenas uma pequena perda de importância relativa da construção civil.

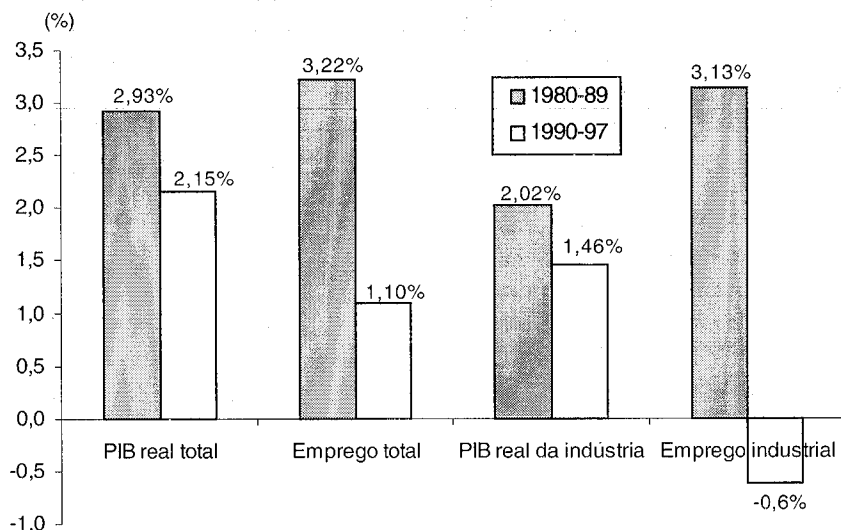
Assim, não obstante a ocorrência de taxas (positivas) diferenciadas de crescimento absoluto entre os diversos ramos de atividade e o aumento da participação relativa do Setor Terciário, a estrutura ocupacional brasileira não mostrou transformações mais substanciais nas composições internas setoriais. Esse fato evidencia que, durante a década de 80, não ocorreu uma transformação mais significativa da estrutura produtiva no sentido da criação de novos setores e da modernização do aparelho produtivo existente (BALTAR, DEDECCA, HENRIQUE, 1992), dada a crise da dívida, o fechamento da economia, a queda dos investimentos público e privado e a crescente instabilidade provocada pela ascensão da inflação.

2 - A década de 90

2.1- A contração do emprego industrial

Uma das consequências da nova ordem econômica vigente na década atual é uma modificação na chamada elasticidade produto-emprego da economia e, em particular, do setor industrial. A combinação, dentre outros aspectos, da abertura econômica acelerada, da busca incessante de competitividade por parte das empresas, da revisão do papel do Estado na economia, do processo de valorização cambial a partir de 1994 e da adoção de um novo paradigma técnico produtivo, nitidamente poupador de mão-de-obra, faz com que, para um dado volume produzido, seja necessária uma quantidade relativamente menor de trabalho.

Como se pode visualizar no Gráfico 1, o emprego crescia a taxas mais elevadas em relação à produção na década de 80, visto que, para um crescimento médio de 2,9% do PIB real no período 1980-89, o emprego total se elevou 3,2% em média ao ano, ao passo que a elevação anual de 2% da produção industrial repercutiu no aumento de 3% ao ano do emprego industrial. Já na década de 90 essa situação modifica-se, observando-se taxas de crescimento da produção acima do ritmo de geração de novos postos de trabalho na economia como um todo e, em especial, no setor industrial, o qual, inclusive, registra uma taxa de crescimento médio negativo do emprego.

Gráfico 1**Taxa anual média de crescimento do PIB real e do emprego no Brasil — 1980-89 e 1990-97**

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (vários anos). Rio de Janeiro : FGV.
 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro: IBGE.

No caso específico da indústria, por ser o setor mais exposto à concorrência externa, observa-se que as modificações estão ocorrendo de forma mais intensa e com maior rapidez. Diante de um cenário de acirramento da competição, a adoção de estratégias visando à desverticalização produtiva e à focalização da produção na atividade principal das empresas, à compactação de processos produtivos com enxugamento dos quadros de pessoal, à terceirização de diversas atividades antes executadas internamente e à atualização tecnológica, dentre outras medidas, reflete a busca de eficiência e de competitividade por parte das empresas do setor industrial. Acrescenta-se a esse ambiente de reorganização microeconômica em um contexto de maior competição internacional o processo de valorização cambial, que, ao possibilitar a importação, sob condições vantajosas para as empresas localizadas no País, de uma série de insumos intermediários utilizados no processo de produção, acarretou a desintegração de várias cadeias da estrutura produtiva até então estabelecidas. Configura-se,

assim, um quadro geral no qual o setor industrial diminui a capacidade de gerar valor agregado e emprego, fazendo com que o crescimento da produção interna em relação ao período anterior à década de 90, tenha maior influência sobre o volume importado do que sobre o emprego.

Conforme mostram as informações contidas na Tabela 3,⁵ mais do que a perda da capacidade de gerar novos postos de trabalho, a recuperação do crescimento econômico iniciado em 1993, além de não permitir a recomposição do nível do emprego industrial observado no fim da década de 80, foi acompanhada de uma queda acumulada de 4,8% no nível de ocupação industrial entre os anos de 1997 e 1989.

Assim, o crescimento de pouco mais de 9% na ocupação total entre os anos de 1989 e 1997 deu-se em virtude do crescimento do emprego no Setor Terciário, visto que o emprego agrícola e o industrial apresentaram, em 1997, um nível inferior ao registrado no último ano da década de 80. Com isso, a participação do emprego no Setor Terciário elevou-se de 53,1% no ano de 1989 para 58,5% em 1997, ao passo que as participações dos setores agrícola e industrial, que rondavam a casa dos 23% em 1989, passaram a representar pouco mais de 20% no último ano disponível da PNAD (1997). Dessa forma, dada a queda do emprego industrial e a continuidade do movimento de perda de participação do emprego do setor agrícola no total da população ocupada, percebe-se que a grande parte dos trabalhadores demitidos do setor industrial realizaram sua reinserção no mercado de trabalho mediante uma nova ocupação no Setor Terciário, ou passaram à condição de inativos ou desempregados. Tal fato, por si só, já justifica a preocupação quanto à qualidade das novas ocupações geradas pela economia brasileira nos anos recentes, tendo em vista o reconhecimento de que o setor industrial tende a proporcionar empregos de maior qualidade e com maior grau de formalização das relações de trabalho.

⁵ A partir do ano de 1992, a PNAD ampliou o conceito de trabalho, agregando às categorias já existentes nas edições anteriores aqueles indivíduos que possuem trabalho não remunerado desenvolvido entre uma e 14 horas semanais (visto que o limite mínimo anterior era de 15 horas semanais) e aquelas pessoas que executam algum tipo de trabalho na produção para o uso próprio ou na construção para o próprio uso. Devido à disponibilidade de dados, principalmente no que se refere ao ajuste da população ocupada entre os diversos ramos de atividade, para efeitos de comparação com as edições anteriores da PNAD, excluíram-se desta os indivíduos com trabalho na produção para o uso próprio ou na construção para o próprio uso. A parcela que deveria ser excluída, mas permaneceu, fica então restrita aos não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho. Cabe salientar que a grande maioria dos não remunerados pertence às atividades agrícolas (73% em 1995), e desse modo, seu efeito sobre a população ocupada não agrícola parece ser muito baixo.

Tabela 3

Índice do emprego setorial e participação percentual dos setores
no emprego total no Brasil — 1989-1997

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	1992	1993
Índice do emprego setorial				
Total	100,0	102,4	102,3	104,3
Primário	100,0	101,0	108,9	107,3
Secundário (1)	100,0	98,1	91,6	94,9
Terciário	100,0	105,0	104,2	107,2
Participação no emprego total (%)				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Primário	23,2	22,8	24,6	23,8
Secundário (1)	23,7	22,7	21,2	21,6
Terciário	53,1	54,5	54,1	54,6

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997
Índice do emprego setorial			
Total	109,3	107,2	109,1
Primário	106,4	98,0	98,2
Secundário (1)	93,8	92,7	95,2
Terciário	117,4	117,6	120,1
Participação no emprego total (%)			
Total	100,0	100,0	100,0
Primário	22,5	21,2	20,8
Secundário (1)	20,3	20,5	20,7
Terciário	57,1	58,3	58,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio
de Janeiro : IBGE.

NOTA: Base 1989 = 100.

(1) Inclui a construção civil.

Ainda que a redução da participação do emprego industrial no total da população ocupada represente uma tendência quase generalizada nas economias mais avançadas (POCHMANN, 1998b), a particularidade do caso brasileiro diz respeito à velocidade com que as transformações vêm ocorrendo. Segundo os dados da PNAD, o País assistiu a uma queima de mais de um milhão de postos de trabalho na indústria de transformação entre os anos de 1989 e 1997.

Dessa forma, pela primeira vez desde os anos 30, a economia brasileira passa a apresentar perda absoluta de postos de trabalho na indústria de transformação. Mesmo durante a fase de instabilidade econômica característica da década de 80, esse segmento do Setor Secundário apresentava um saldo positivo na geração de empregos, ao passo que a perda observada de sua participação no emprego total se dava em razão de um crescimento da geração de novos postos de trabalho abaixo da média da economia como um todo, fato este que repercutiu em um maior inchaço do Setor Terciário. Percebe-se, desse modo, que mais do que a perda da capacidade de absorção de mão-de-obra de um setor historicamente caracterizado como grande empregador, a década de 90 apresenta-se como uma linha divisória na qual a indústria passa a representar um segmento que expulsa a força de trabalho para os demais ramos de atividade, essencialmente para os do Setor Terciário, em virtude do seu saldo líquido negativo na geração de empregos.

Como se pode observar na Tabela 4, para um crescimento acumulado de 12,4% do emprego não agrícola brasileiro entre os anos de 1989 e 1997, a indústria de transformação apresentou uma queda acumulada de 11,9% no mesmo período, sendo que a perda para o Setor Secundário como um todo só não foi maior porque o emprego na construção civil se elevou 16,1%. O desempenho decepcionante da indústria de transformação fez com que sua participação no emprego não agrícola total caísse de 20,7% no ano de 1989 para 16,2% em 1997, ao passo que o crescimento do emprego na construção civil ocasionou apenas a estabilidade da sua participação em torno dos 8% ao longo da década. Como resultado final, o Setor Secundário apresentou uma queda menos pronunciada, mas nem por isso menos importante, da sua participação no espaço ocupacional não agrícola, passando de 30,8% em 1989, para os 26,1% observados em 1997.

Tabela 4

Índice do número de pessoas ocupadas e participação percentual
dos respectivos segmentos no total do emprego
não agrícola no Brasil — 1989-1997

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	1992	1993
Índice do número de pessoas				
Total não agrícola	100,0	102,9	100,3	103,4
Setor Secundário	100,0	98,1	91,6	94,9
Indústria de transformação	100,0	97,5	86,8	88,5
Construção civil	100,0	101,0	102,2	109,8
Outras atividades industriais	100,0	92,6	97,9	101,9
Participação percentual				
Total não agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0
Setor Secundário	30,8	29,4	28,1	28,3
Indústria de transformação	20,7	19,6	17,9	17,7
Construção civil	8,1	8,0	8,3	8,6
Outras atividades industriais	2,0	1,8	1,9	2,0

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997
Índice do número de pessoas			
Total não agrícola	110,1	109,9	112,4
Setor Secundário	93,8	92,7	95,2
Indústria de transformação	88,6	87,1	88,1
Construção civil	107,4	109,6	116,1
Outras atividades industriais	92,8	82,9	83,3
Participação percentual			
Total não agrícola	100,0	100,0	100,0
Setor Secundário	26,3	26,0	26,1
Indústria de transformação	16,7	16,4	16,2
Construção civil	7,9	8,1	8,4
Outras atividades industriais	1,7	1,5	1,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio
de Janeiro : IBGE.

NOTA: Base 1989 = 100.

A referida contração do emprego industrial, ao que tudo indica, não parece representar um movimento aleatório qualquer, mas, sim, respeitar um padrão de seletividade por parte das empresas que buscam a manutenção, em seus quadros, daqueles trabalhadores mais capacitados,⁶ com o intuito de viabilizar o processo de reestruturação empresarial e minimizar os custos da reorganização produtiva em curso na economia brasileira. Mais do que isso, esse comportamento por parte do empresariado torna mais difícil a entrada e a própria permanência dos indivíduos nesse segmento do mercado de trabalho, cada vez mais restrito a um grupo seletivo de trabalhadores. Conforme colocado anteriormente, o setor industrial tem sido tradicionalmente o maior responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade, pelo menos enquanto entendida como maiores níveis de remuneração, acesso à proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e desenvolvimento ao longo da carreira profissional (RAMOS, REIS, 1997).

A queda pronunciada do emprego industrial, conjugada com o crescimento da produção, provoca uma substantiva elevação da produtividade do trabalho na indústria — cerca de 90% acumulados na década de 90, segundo as informações da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, que atesta trajetórias claramente divergentes das variáveis produção física, por um lado, e pessoal ocupado e horas pagas na produção, por outro.

Por mais que se possam discutir as possíveis distorções no cálculo da produtividade industrial⁷, parece que estas não são tão significativas a ponto de comprometer o uso das informações disponíveis e a significância do resultado final. Ainda que esses ganhos não tenham sido distribuídos de forma homogênea dentro do sistema industrial⁸, provavelmente em razão da existência de peculiaridades com relação à concorrência externa e à própria forma de reorganização produtiva de cada ramo do setor, parece claro que a década de 90 inaugura uma nova fase de ganhos de produtividade na indústria brasileira, levando em conta a estagnação desse indicador em boa parte dos anos 80. Diferentemente do ocorrido no início da década passada, quando a elevação da produtividade esteve associada a uma reação das firmas diante de um quadro recessivo, na qual a

⁶ A base de dados da RAIS permite constatar que o ajuste do nível de emprego formal na indústria brasileira busca preservar relativamente mais os trabalhadores que desempenham um papel fundamental na continuidade do processo produtivo — aqueles no auge de sua força produtiva (entre 25 e 49 anos), com um nível de instrução relativamente mais elevado e com maior tempo de serviço. Para maiores detalhes, ver Dedecca (1998) e Schneider (1999).

⁷ Sobre o debate acerca dos ganhos de produtividade na indústria brasileira, ver, dentre outros, Salm, Sabóia e Carvalho (1996), Bonelli e Fonseca (1998), Cacciamali e Bezerra (1997), e Feijó e Carvalho (1997).

⁸ Para maiores informações, ver Schneider (1999).

redução da produção e do emprego representou uma maneira de cortar custos diretos (FEIJÓ, CARVALHO, 1997), os atuais ganhos tiveram início durante uma fase recessiva (1991-92), mas foram sustentados ao longo de toda década. Por certo, a coincidência da abertura econômica com recessão interna incentivou os ajustes efetuados na estrutura produtiva e organizacional das empresas, mas estes passaram a ser realizados de forma constante ao longo do tempo, na medida em que a retomada do crescimento da economia, a partir do ano de 1993, foi, inclusive, acompanhada por uma elevação mais robusta da produtividade.

Levando em conta que a taxa de investimento da economia permaneceu em níveis muito baixos durante a década de 90, os recentes ganhos de produtividade refletem, ao que tudo indica, o padrão de reorganização produtiva das empresas e a melhora das técnicas de gestão. Com relação específica aos investimentos já efetuados, uma recente pesquisa atesta que

“(...) há muito a indústria brasileira não passava por uma fase de troca de equipamento e investimento de tipo modernizante como a atual, com conseqüências quanto à defasagem tecnológica dos equipamentos. Isto permite que os investimentos atuais, ainda que moderados, imprimam um salto bastante significativo na eficiência produtiva das empresas. Os resultados da pesquisa mostram que as empresas industriais, sem maiores investimentos em instalações, têm logrado obter ganhos substanciais na sua capacidade produtiva” (CNI/CEPAL, 1998, p.5).

A Tabela 5, que apresenta as taxas médias anuais de crescimento do produto, do emprego e da produtividade industrial no período 1990-98, permite analisar a interligação entre o aumento da produtividade e a redução do emprego industrial. Observa-se que, entre os 10 ramos que apresentaram os maiores ganhos de produtividade do trabalho⁹, seis deles integram o grupo dos 10 segmentos que desempregaram relativamente mais trabalhadores.¹⁰ Cabe salientar que, embora a indústria mecânica e a do vestuário não apresentem taxas médias anuais de variação da produtividade/hora acima da média da indústria, elas possuem incrementos significativos: 6,05% e 5,95% anuais respectivamente.

⁹ Indústria extrativa mineral, transformação de minerais não-metálicos, material elétrico e de comunicação, material de transporte, papel e papelão, química, têxtil, produtos alimentares, bebidas e fumo. Todos esses segmentos apresentaram ganhos médios anuais de produtividade acima de 6,4%.

¹⁰ Este grupo é formado pelos 10 ramos que apresentaram as maiores taxas médias de desligamento, acima dos 5% anuais. Esses segmentos são: indústria extrativa mineral, transformação de minerais não-metálicos, mecânica, material elétrico e de comunicação, madeira, borracha, couros e peles, química, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido, e fumo.

Tabela 5

Taxas médias anuais de crescimento da produção, do emprego, do número de horas pagas na produção e da produtividade do trabalho, segundo as classes e gêneros da indústria, no Brasil — 1990-98

CLASSES E GÊNEROS DA INDÚSTRIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PESSOAL OCUPADO	HORAS PAGAS NA PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE/HORA
Indústria extrativa mineral	4,65	-9,94	-10,00	16,28
Material elétrico e de comunicações	1,13	-7,11	-7,04	8,79
Têxtil	-3,81	-10,31	-10,92	7,99
Química	0,76	-5,78	-6,36	7,60
Indústria geral	0,43	-6,20	-6,65	7,59
Bebidas	3,25	-3,61	-3,83	7,36
Indústria de transformação	0,18	-6,15	-6,61	7,27
Produtos alimentares	2,50	-3,93	-4,37	7,19
Papel e papelão	1,37	-4,46	-5,31	7,05
Material de transporte	1,09	-4,56	-5,47	6,93
Fumo	1,25	-5,18	-5,02	6,60
Transformação de minerais não-metálicos	0,62	-5,32	-5,49	6,47
Produtos de matérias plásticas	0,37	-4,96	-5,57	6,29
Metalúrgica	-0,13	-5,11	-5,87	6,09
Mecânica	-2,17	-7,17	-7,75	6,05
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	-5,47	-10,65	-10,78	5,95
Madeira	-0,14	-6,17	-7,32	5,93
Borracha	0,20	-6,10	-5,05	5,53
Mobiliário	2,36	-4,04	-4,05	4,83
Perfumaria, sabões e velas	2,75	-0,70	-1,52	4,33
Farmacêutica	0,81	-0,97	-1,49	2,33
Couros e peles	-4,74	-5,49	-5,00	-1,20

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL (1990/98). Rio de Janeiro : IBGE.

Dessa forma, esse quadro parece ser ilustrativo da forte relação existente entre os ganhos de produtividade do trabalho e a diminuição do número de empregados ocupados na produção industrial. Mais do que isso, é resultado de uma postura defensiva por parte do empresariado na busca de ganhos de competitividade, através da racionalização dos processos produtivos e do enxugamento organizacional, nesse novo patamar de concorrência vigente. Por outro lado, percebe-se que a queda no emprego ocorreu de forma mais intensa nos gêneros vestuário, calçados e tecidos e têxtil, que foram os segmentos, reconhecidamente, mais afetados pelo processo de liberalização comercial (REIS, 1997).

O expressivo crescimento médio anual da produtividade/hora do trabalho na indústria geral nos anos 90 provoca indagações preocupantes acerca da retomada do crescimento econômico num futuro próximo, e de seu acompanhamento, ou não, de um número considerável de novos postos de trabalho na indústria. Ao que tudo indica, esse divórcio entre a produção industrial e o emprego, já existente na atualidade, não será desfeito, pelo menos no curto prazo. Na verdade, as duas questões vitais para o delineamento da trajetória futura do emprego industrial dizem respeito à continuidade dos ganhos atuais de produtividade e, se esses persistirem, qual será seu impacto sobre o nível de competitividade da estrutura produtiva brasileira. Isto porque, pelo menos teoricamente, o aumento da produtividade do trabalho poderia reduzir o custo unitário desse fator produtivo de maneira a elevar a produção industrial em razão do aumento da competitividade internacional, e, com isso, assistir-se-ia a uma elevação do emprego (AMADEO, VILLELA, 1994).

É provável que o fôlego para futuros novos aumentos de produtividade esteja na dependência de investimentos em maquinaria (FEIJÓ, CARVALHO, 1997), na medida em que vão se exaurindo as possibilidades de reorganização interna do processo produtivo e de racionalização administrativa.¹¹ Segundo CNI/CEPAL (1998):

“(...) os investimentos realizados no biênio 1995/96 deverão conduzir majoritariamente a uma elevação da produtividade do trabalho. Em cerca da metade das empresas eles devem levar a moderada redução no número de trabalhadores por unidade de produto gerado, e em

¹¹ Vale ressaltar que a indústria brasileira, na média, tem apresentado uma tendência de queda dos ganhos de produtividade nos últimos anos, apesar de estes ainda se mostrarem em níveis bastantes elevados. Para maiores detalhes, ver Schneider (1999).

14% delas deve levar a grande redução. A produtividade deve manter-se constante em 30% das empresas, e baixar em outros 7%. Ou seja, a indústria parece capaz de expandir-se reduzindo sua demanda de mão-de-obra por unidade de produto.”

2.2 - A terciarização do emprego

Segundo as informações da PNAD, o Brasil da década de 90 apresenta uma estatística, segundo a qual, para cada 10 trabalhadores ocupados em atividades não agrícolas, sete exercem algum tipo de ocupação no Setor Terciário. Além disso, como se observou na Tabela 3, o setor serviços como um todo explica, em larga medida, o crescimento do número de novos postos de trabalho gerados pela economia brasileira. Apesar disso, seu desempenho não conseguiu compensar a perda de empregos na indústria e no campo, em paralelo ao ritmo da entrada de novos indivíduos no mercado de trabalho, fato que repercutiu no aumento do desemprego ao longo da década, independentemente da fonte de dados utilizada.

Dessa forma, o fato **inédito** que nasce nos anos recentes diz respeito à transferência da responsabilidade da criação de novas vagas no mercado de trabalho de forma única para o Setor Terciário, dadas as taxas médias negativas de crescimento das ocupações nos Setores Primário e Secundário. À parte da continuidade da tendência de queda da ocupação agrícola, a novidade aparece justamente quando se leva em conta que o setor industrial, mesmo durante a década de 80, apresentava taxas médias de crescimento positivas em relação ao número de postos de trabalho gerados — 36% acumulados entre os anos de 1979 e 1989¹², segundo os dados da PNAD. Logo, muito mais do que na década de 80, o Setor Terciário assume uma excessiva importância na sustentação do espaço ocupacional brasileiro,¹³ reforçando a tendência à terciarização do em-

¹² Ou 3,8 milhões de novos postos de trabalho no período em questão.

¹³ Apesar do processo de desenvolvimento econômico ser acompanhado de um aumento da importância econômica do Setor Terciário, a dimensão deste último não expressa, necessariamente, uma maior ou menor modernização da estrutura econômica, visto que economias subdesenvolvidas poderiam apresentar um quadro no qual as atividades tradicionais de serviços representassem a única possibilidade de inserção de grande parte da população no mercado de trabalho devido ao baixo dinamismo industrial.

prego, que, de fato, já vinha aumentando consideravelmente desde o início dos anos 80, dada a perda de dinamismo na geração de novos postos de trabalho pela indústria¹⁴.

Dada essa situação, o Setor Terciário apresentou um saldo líquido de 6,5 milhões de ocupações entre os anos de 1989 e 1997, apesar de esse crescimento ter se mostrado bastante heterogêneo entre seus subsetores, conforme pode ser visto na Tabela 6. Nela, percebe-se tanto a ocorrência de taxas de crescimento acima da média do setor como um todo, assim como taxas relativamente menores, como é o caso da administração pública, que apresentou uma elevação média inferior, inclusive, ao ritmo de crescimento geral das ocupações não agrícolas.

Tabela 6

Índice do número de pessoas ocupadas no Setor Terciário e seus respectivos subsectores no Brasil — 1990-1997

DISCRIMINAÇÃO	1990	1992	1993	1995	1996	1997
TOTAL NÃO AGRÍCOLA	102,9	100,3	103,4	110,1	109,9	112,4
Setor Terciário	105,0	104,2	107,2	117,4	117,6	120,1
Comércio	107,2	106,7	114,0	122,6	122,1	124,0
Prestação de serviços	104,3	108,3	110,9	124,6	122,8	126,3
Serviços auxiliares da atividade	104,5	98,2	99,6	117,7	121,3	127,8
Transporte e comunicação ...	107,3	100,5	100,5	111,8	112,4	121,3
Social	102,8	103,6	105,8	114,7	119,4	120,1
Administração pública	108,4	104,1	105,9	111,7	111,0	109,5
Outras atividades	98,1	82,6	79,4	76,3	74,6	73,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro : IBGE.

NOTA: Base 1989 = 100.

¹⁴ Apesar de esta apresentar um saldo líquido positivo na geração de empregos.

Com relação especificamente ao setor público, diferentemente do ocorrido na década de 80, na qual a administração pública apresentou o maior saldo acumulado na geração de novos postos de trabalho¹⁵, percebe-se o seu enfraquecimento na geração de empregos no País, nos anos 90. Entre os anos de 1989 e 1997, foram criados pouco mais de 270 mil novos empregos na administração pública, contra o 1,1 milhão observado entre os anos de 1980 e 1988. Parece claro que o debate sobre a “necessidade” de diminuir o tamanho do Estado e os “esforços” promovidos em prol da estabilidade monetária, que repercutem significativamente sobre o crescimento da dívida pública, obrigam a compressão de gastos nas demais áreas, incluindo nessas os gastos com pessoal. Nesse sentido, as alternativas de demissão de funcionários públicos não estáveis pela esfera Executiva Federal, da adoção de programas de demissão voluntária, da aprovação da reforma administrativa, da privatização e do fechamento de vários organismos estatais refletem a forte intenção governamental de enxugamento dos seus quadros de pessoal, de maneira a compensar, pelo menos em parte, a expansão dos encargos financeiros comprometidos com a política monetária em curso (POCHMANN, 1998a).

No que se refere ao comércio e à prestação de serviços¹⁶, que apresentaram taxas médias de crescimento superiores às do Setor Terciário como um todo no período 1989-97, vale ressaltar que suas atividades, em muitos casos, não requerem um conhecimento mais específico por parte do trabalhador, fato este que, com certeza, incentiva tanto a reinserção no mercado de trabalho daqueles indivíduos demitidos pelo setor industrial, como a dos demais grupos da população.¹⁷ No período 1989-97, dos 6,5 milhões de postos de trabalho criados pelo Setor Terciário, mais de 4,5 milhões foram de responsabilidade do comércio e da prestação de serviços, fato que atesta a significativa importância destes na sustentação do emprego urbano. Adicionalmente, o aumento mais expressivo da contribuição desses segmentos no total da população ocupada não agrícola parece também estar ligado, de certa forma, à tendência à terciarização de atividades das grandes empresas, não somente da indústria, mas também da própria prestação de serviços (BALTAR, 1996).

¹⁵ Segundo os dados da PNAD, 86% acumulados entre os anos de 1979 e 1989

¹⁶ Que inclui os serviços de alojamento, alimentação, reparação, conservação, pessoais, domiciliares, de diversões, radiofusão e televisão

¹⁷ Nesse sentido, Amadeo, Pero e Scanduzzi (1996), ao analisarem a composição da força de trabalho no Setor Terciário, segundo a faixa etária dos indivíduos, indicam que este pode ser considerado como uma porta de entrada para os jovens que ingressam no mercado de trabalho, dada a alta participação dos segmentos mais jovens da população.

Quanto aos serviços sociais e transporte e comunicação, percebe-se a continuidade observada na década de 80 de acréscimo da sua participação no espaço ocupacional brasileiro. No cômputo geral do período 1989-97, foram criados 1,5 milhão de novos empregos nesses dois subsetores.

Em relação ao subsetor "outras atividades", segundo os dados da Tabela 6, esse foi o único segmento do Setor Terciário a registrar um saldo negativo na geração de postos de trabalho entre os anos de 1997 e 1989. Essa situação torna-se aparentemente mais intrigante quando se leva em conta que esse mesmo segmento registrou uma variação de 65% no seu nível de emprego, no período 1979-89. No entanto, ao se verificar a composição desse subsetor¹⁸, pode-se cogitar fortemente que a sua respectiva queda no nível de ocupação deve estar ligada ao movimento de reestruturação dos bancos e demais instituições financeiras. Nesse sentido, a queda da inflação e a conseqüente perda de uma considerável fonte de ganhos por parte dos bancos, concomitantemente à entrada agressiva de grandes grupos internacionais no varejo do mercado bancário brasileiro, obrigaram a reestruturação desse segmento, de maneira semelhante ao caso da indústria, na busca da elevação da produtividade, tendo como destaque as ações no sentido da automação dos bancos, responsáveis pela eliminação de um volume significativo de postos de trabalho.

Para finalizar a análise subsetorial, cabe analisar o comportamento dos serviços auxiliares da atividade econômica. Segundo Melo *et al.* (1998) e Pochmann (1998b), uma importante mudança estrutural do emprego nas economias avançadas deu-se no sentido da expansão dos serviços intermediários voltados para a produção industrial, dado o surgimento de demandas para novas especialidades de serviços em virtude da introdução de inovações nos processos produtivos da indústria, notadamente a revolução microeletrônica. Nesse sentido, tais serviços, mais especializados e intensivos em conhecimentos específicos, não foram incorporados diretamente dentro das atividades industriais, mas passaram a ser prestados por empresas pertencentes ao Setor Terciário, cujos ganhos de escala possibilitaram a substituição, com menores custos para as empresas industriais, desses serviços que seriam autoproduzidos pelo Setor Secundário (MELO *et al.* 1998).

¹⁸ Que inclui instituições de crédito, de seguros e de capitalização; comércio e administração de imóveis e valores mobiliários; organizações internacionais e representações estrangeiras; e atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

No caso brasileiro, segundo as tabulações da PNAD, os serviços auxiliares da atividade econômica¹⁹ seriam o segmento que mais se aproximaria desse tipo de serviço prestado à atividade industrial (SABÓIA, 1996). No entanto, apesar de ser o subsetor cujo nível de emprego mais cresceu em termos relativos nos anos 90 — 27,77% entre 1989 e 1997, representando 538 mil novos postos de trabalho no período —, sua baixa participação no total do emprego não agrícola e mesmo a estabilidade dessa participação ao longo da década, como pode ser visto na Tabela 7, indicam que a evolução ocupacional do País se distancia da experiência recente das economias mais desenvolvidas, no sentido da expansão dos serviços produtivos em razão da adoção mais intensa do novo paradigma técnico-produtivo. Muito pelo contrário, percebe-se que a expansão do emprego no Setor Terciário deu-se via expansão dos serviços tradicionais, principalmente das atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços, que viram suas respectivas participações no total do emprego não agrícola aumentar de forma mais significativa. Essas atividades parecem ter pouca ou quase nenhuma relação com os serviços de produção.

À parte do crescimento heterogêneo dos diversos segmentos do Setor Terciário, não se observam, nos anos 90, assim como na década de 80, mudanças mais significativas na estrutura interna da composição do emprego no setor, como pode-se ver na Tabela 7. Apesar da ocorrência de um aumento um pouco mais significativo das participações do comércio e da prestação de serviços e da queda do segmento “outras atividades”, estes parecem não ter sido suficientes para alterar de modo mais expressivo a estrutura interna do emprego no setor.

Por outro lado, ao comparar as taxas médias de crescimento dos diversos subsetores nas décadas de 80 e 90, observa-se um arrefecimento do ritmo de criação de novos postos de trabalho pelo Setor Terciário como um todo, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Como se pode verificar, excetuando o subsetor transporte e comunicação, que apresentou uma taxa média de crescimento bastante semelhante entre as décadas de 80 e 90, os demais segmentos do Setor Terciário conviveram, nos anos 90, com taxas médias de incremento de seus respectivos níveis de ocupação inferiores às da década passada. Assim, não obstante o aumento da responsabilidade do Setor Terciário na sustentação do emprego e da própria continuidade de seu inchaço, constata-se uma diminuição da sua capacidade de gerar novos empregos na economia brasileira, quando se compara seu desempenho atual com o observado na década de 80.

¹⁹ Que incluem os serviços técnico-profissionais e os serviços auxiliares das atividades econômicas.

Tabela 7

Participação percentual da população ocupada no Setor Terciário
no total do emprego não agrícola no Brasil — 1989-1997

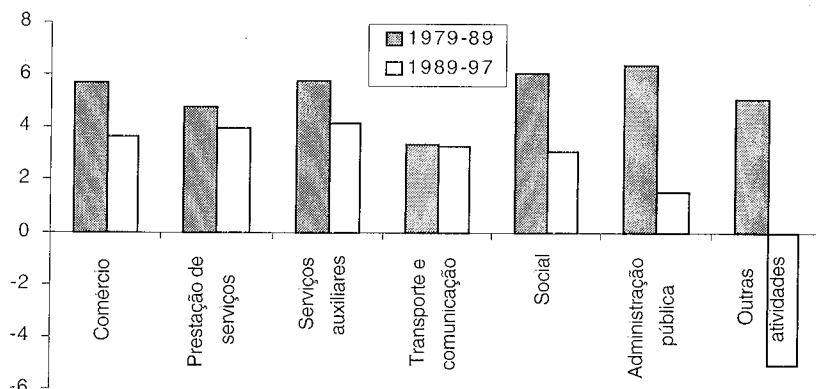
DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	1992	1993
TOTAL NÃO AGRÍCOLA	100,00	100,00	100,00	100,00
Setor Terciário	69,16	70,59	71,86	71,69
Comércio	15,96	16,64	16,98	17,59
Prestação de serviços	22,92	23,24	24,74	24,57
Serviços auxiliares	4,16	4,22	4,07	4,00
Transporte e comunicação	4,88	5,09	4,89	4,74
Social	11,32	11,30	11,68	11,58
Administração pública	6,17	6,50	6,40	6,32
Outras atividades	3,75	3,58	3,09	2,88

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997
TOTAL NÃO AGRÍCOLA	100,00	100,00	100,00
Setor Terciário	73,74	73,98	73,88
Comércio	17,77	17,73	17,61
Prestação de serviços	25,93	25,59	25,74
Serviços auxiliares	4,44	4,59	4,72
Transporte e comunicação	4,96	4,99	5,27
Social	11,78	12,30	12,09
Administração pública	6,26	6,23	6,01
Outras atividades	2,60	2,55	2,44

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro : IBGE.

Gráfico 2

**Taxa média de crescimento do emprego nos subsetores
do Setor Terciário no Brasil — 1979-89 e 1989-97**



**FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE
DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro : IBGE.**

Por fim, cabe analisar a possível interligação entre a expansão do emprego no Setor Terciário e a possível perda da qualidade do emprego em razão desse movimento. Como se viu na seção anterior, a maior parte dos trabalhadores expulsos da indústria na década de 90 e que realizaram sua reinserção no mercado de trabalho o fizeram mediante a realização de alguma atividade no Setor Terciário. Além disso, como a indústria apresenta um maior grau de formalização das relações de trabalho, tendo em conta a participação dos empregados com carteira de trabalho no total dos empregos no setor, a idéia básica é que estaria em curso um movimento de precarização da qualidade do emprego²⁰, na medida em que predominam no Setor Terciário empresas de pequeno porte, que, em geral, oferecem empregos de baixa qualidade, com alta rotatividade do trabalho e apresentam uma proporção relativamente alta de trabalhadores informais.

²⁰ Segundo Barros e Mendonça (1995), é preciso distinguir a qualidade do emprego da qualidade do posto de trabalho. A primeira estaria ligada à estabilidade do vínculo, à extensão da jornada de trabalho, à remuneração, aos benefícios, tanto diretos como indiretos, etc. Já a segunda refere-se a características tais como o grau de qualificação que se atribui ao posto, a posição hierárquica ocupada na estrutura da empresa, as condições de trabalho, etc.

Além disso, segundo Amadeo, Pero e Scandiuzzi (1996), seria plausível considerar que o aumento do emprego no Setor Terciário estivesse correlacionado, de alguma maneira, com o processo de terceirização, ou, em outras palavras, haveria uma interseção entre os processos de **terceirização e terciarização** do emprego, fato este que contribuiria para uma piora das condições de trabalho da economia como um todo, refletida no crescimento do grau de informalidade das relações de trabalho. Nesse sentido, o uso da terceirização com o objetivo de reduzir custos trabalhistas faz com que serviços que antes eram realizados pela própria firma, empregando trabalhadores formais, passem a ser comprados de empresas terceiras, que empregam trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e com condições precárias de trabalho.

Num primeiro plano, o simples aumento da ocupação no Setor Terciário não permite, por si só, concluir sobre a qualidade dos empregos gerados, visto que este pode abranger tanto ocupações de alta qualificação, como é o caso dos serviços produtivos ligados diretamente às atividades industriais, quanto empregos de baixíssima qualidade, como é o caso do comércio ambulante.

No entanto, como pode ser visualizado na Tabela 8, pelo menos no que se refere à formalização das relações de trabalho, pode-se dizer que a transferência de trabalhadores da indústria para os serviços, ao que tudo indica, tem impactado negativamente as condições de trabalho da economia como um todo.

Assim, apesar da quase-totalidade dos segmentos terem apresentado um decréscimo no grau de formalização²¹ das relações de trabalho, percebe-se que essa queda ocorreu de forma relativamente menos intensa no Setor Secundário, com especial destaque à indústria de transformação, que apresentou a menor diminuição no grau de formalização de suas relações de trabalho e que, em 1997, possuía mais de 60% dos empregados com carteira de trabalho assinada. Por outro lado, percebe-se que os dois segmentos nos quais ocorreu a maior elevação absoluta nos postos de trabalhos gerados na década de 90, o comércio e a prestação de serviços, apresentam baixas taxas de formalização das relações de trabalho — em 1997, apenas 34,2% e 25,7% dos empregados desses dois segmentos, respectivamente, possuíam carteira de trabalho assinada. Com relação específica à prestação de serviços, cabe salientar que a elevação da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada nesse segmento ocorreu fortemente em virtude do aumento de trabalhadores domésticos protegidos pelo estatuto trabalhista. Segundo os dados da PNAD,

²¹ Entendido como a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada no total do emprego.

entre 1992 e 1997, foram criadas 887 mil ocupações na função de trabalhador doméstico, sendo que 430 mil destas possuíam carteira de trabalho assinada pelo patrão. Caso não se leve em conta esse acréscimo de trabalhadores domésticos, a participação dos empregados com carteira assinada no ramo prestação de serviços inclusive decresce ao longo dos anos 90, chegando a apresentar uma participação de 16,8% no ano de 1997.

Tabela 8

Participação percentual dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no total do emprego dos respectivos ramos de atividade no Brasil — 1989-1997

DISCRIMINAÇÃO	1989	1992	1993	1995	1996	1997
TOTAL	39,12	32,44	31,76	31,17	31,96	31,84
Total não agrícola	48,43	40,38	39,04	37,69	37,96	37,79
Setor Secundário	62,93	56,37	54,51	53,61	51,93	50,84
Indústria de transformação ..	72,60	67,53	66,62	65,97	64,71	63,77
Construção civil	36,74	31,12	28,33	26,24	25,01	24,44
Outras atividades	69,13	60,99	60,15	60,10	57,38	58,68
Setor Terciário	41,96	34,11	32,93	32,02	33,05	33,18
Comércio	40,59	34,01	33,06	32,65	34,39	34,17
Prestação de serviços	22,87	22,23	21,70	23,15	25,41	25,68
Serviços auxiliares	50,63	46,30	42,39	39,80	40,62	41,70
Transporte e comunicação ..	62,51	56,00	56,36	54,01	51,18	50,05
Social	55,43	40,73	39,41	37,80	37,65	38,63
Administração pública	49,71	29,16	26,99	21,43	20,96	20,75
Outras atividades	74,73	64,47	63,16	60,21	58,60	55,98

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (vários anos). Rio de Janeiro : IBGE.

3 - Considerações finais

As observações feitas até aqui permitem concluir que a década de 90, no que se refere à ocupação setorial, apresenta um movimento bastante peculiar, fortemente transparecido quando se compara o desempenho recente com aque-

le que já ocorreu. Nesse sentido, diferentemente do ocorrido no passado, a indústria passa, pela primeira vez, a expulsar permanentemente trabalhadores para os demais setores, seja em razão do ajuste efetuado pelas empresas na busca de ganhos de competitividade no novo patamar de concorrência estabelecido, seja pela desintegração de elos da cadeia produtiva, que diminui a capacidade do setor de gerar valor agregado e emprego.

Observou-se, também, que os ganhos de produtividade estão intimamente relacionados à retração do emprego no setor, de tal forma que o delineamento da trajetória futura do emprego industrial depende, em grande parte, da continuidade ou não dos ganhos atuais de produtividade. Ao que tudo indica, o divórcio entre a produção industrial e o emprego, já existente na atualidade, não será desmantelado, pelo menos no curto prazo.

De outra parte, a continuidade do movimento de perda de participação do emprego agrícola no total da população ocupada reforça a principal mudança na estrutura setorial do emprego brasileiro na década de 90, ocorrida, basicamente, via transferência de trabalhadores do setor *tradable* para o *nontradable*, refletindo a nova forma de comportamento da economia brasileira e das empresas ao longo dos anos mais recentes. Assim, o fato inédito que nasce na década de 90 diz respeito à transferência da responsabilidade da criação de novas vagas no mercado de trabalho de forma única para o Setor Terciário, tendo em vista as taxas médias negativas de crescimento das ocupações nos Setores Primário e Secundário. Mais do que isso, analisando os desempenhos de seus subsetores nos anos 80 e 90, percebe-se que, não obstante o aumento da responsabilidade do Setor Terciário na sustentação do espaço ocupacional, ocorre uma diminuição da sua capacidade de gerar novos empregos na economia brasileira, quando se compara seu desempenho atual com o observado na década passada.

Além disso, o País distancia-se da experiência recente das economias mais desenvolvidas, no sentido da expansão dos serviços produtivos, em razão da adoção mais intensa do novo paradigma técnico-produtivo, visto que os serviços auxiliares da atividade econômica, apesar de ser o subsetor cujo nível de emprego mais cresceu em termos relativos nos anos 90, apresentaram uma baixa participação no total do emprego não agrícola e mesmo uma estabilidade dessa participação ao longo da década.

Por outro lado, o comércio e a prestação de serviços, cujas atividades raramente requerem um conhecimento mais específico por parte do trabalhador e, sendo assim, incentivam tanto a reinserção no mercado de trabalho daqueles indivíduos demitidos pelo setor industrial como a dos demais grupos da população, foram os ramos do Setor Terciário que mais criaram vagas na década atual. No período 1989-97, dos 6,5 milhões de postos de trabalho criados pelo

Setor Terciário, mais de 4,5 milhões foram de responsabilidade do comércio e da prestação de serviços, fato que atesta a significativa importância destes na sustentação do emprego urbano.

No geral, observou-se que o segmento que mais expulsou trabalhadores do mercado — a indústria de transformação — é justamente aquele que possui o maior grau de formalização das relações de trabalho, ao passo que os segmentos responsáveis pela maior absorção de indivíduos, o comércio e a prestação de serviços, possuem uma baixa taxa de formalização. A menos que esses segmentos do Setor Terciário estejam apresentando ganhos substanciais em termos de remuneração e estabilidade empregatícia, os dados verificados indicam uma piora da qualidade do emprego nacional nos anos 90.

Bibliografia

- AMADEO, Edward, NERI, Marcelo (1997). Houve precarização do setor de serviços? qualidade do emprego e reestruturação produtiva (1989-96). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, Recife. **Anais** Recife : ANPEC. v.1.
- AMADEO, Edward, PERO, Valéria, SCANDIUZZI, João C. (1994). Terceirização e sub-optimalidade dos investimentos em capital humano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 22, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis : ANPEC. v.1.
- AMADEO, Edward, PERO, Valéria, SCANDIUZZI, João C. (1996). Ajuste empresarial, empregos e terceirização. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Nobel, v.16, n.1, jan./mar.
- AMADEO, Edward, VILLELA, André (1994). Crescimento, produtividade e geração de empregos na indústria brasileira. **Revista do BNEDES**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jun.
- BALTAR, Paulo E. A. (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP, n.6, jun.
- BALTAR, Paulo E. A., DEDECCA, Claudio, HENRIQUE, Wilnês (1992). A estrutura ocupacional brasileira nos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20, Campos Jordão. **Anais ...** Campos Jordão : ANPEC. v.2.
- BALTAR, Paulo E. A., MATTOSO, Jorge E. L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.1.

- BARROS, José R. M., GOLDENSTEIN, Lúcia (1997). Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.17, n.2, abr./jun.
- BARROS, Ricardo P. de; MENDONÇA, Rosane (1995). Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23. **Anais ...** Salvador : ANPEC. v.2.
- BARROS; Ricardo P. de et al. (1996). O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24. **Anais ...** Salvador : ANPEC. Campinas : ANPEC. v.1.
- BONELLI, Regis, FONSECA, Renato (1998). **Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira**. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.557).
- BONELLI, Regis, GONÇALVES, Robson R. (1998). **Para onde vai a estrutura industrial brasileira?** Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.540).
- CACCIAMALI, Maria C., BEZERRA, Lindemberg de L. (1997). Produtividade e emprego industrial no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro : FGV, v.51, n.1, jan./mar.
- CNI/CEPAL (1998). Investimentos na indústria brasileira – 1995/99 – Características e determinantes. [online] Disponível na Internet via [www.url:http://www.cni.org.br](http://www.cni.org.br) Arquivo capturado em 11 de jan.
- COUTINHO, Luciano (1992). A terceira revolução industrial e tecnológica. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP, n.1, ago.
- DEDECCA, Claudio S. (1998). Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro : Sociedade Brasileira de Economia Política. v.2.
- DEDECCA, Claudio S., ROSANDISKI, Eliane (1997). Retração do nível e mudança na estrutura do emprego formal brasileiro - 1989-93. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, Recife. **Anais ...** Recife : ANPEC. v.1.
- ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil (1986). Rio de Janeiro : IBGE. (Séries Estatísticas Retrospectivas). v.3.
- FEIJÓ, Carmen, CARVALHO, Paulo G. M. (1997). Old and new trends in productivity growth. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, Recife. **Anais ...** Recife : ANPEC. v.1.

- FLIGENSPAN, Flávio B. (1998b). Uma visão global da economia brasileira durante a vigência do Plano Real: avanços, impasses e um cenário de crescimento com exclusão. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1.
- LAPLANE, Mariano F., SILVA, Ana Lúcia G. da (1994). Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP, n.3, dez.
- MELO, Hildete P. et al. (1998). **O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95**. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n. 549).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (várias edições). Rio de Janeiro : IBGE.
- POCHMANN, Márcio (1997). Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, Recife. **Anais...** Recife : ANPEC. v.2.
- POCHMANN, Márcio (1998a). Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2.
- POCHMANN, Márcio (1998b). **Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil**. s.n.t. (mimeo).
- RAMOS, Lauro, REIS, José G. A. dos (1997). **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.468).
- REIS; José G. A. dos (1997). **Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças**. Rio de Janeiro : CNI.
- SABÓIA, João (1996). Mercado de trabalho no Brasil – evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO DOS ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : UFRJ/IEI. v.2.
- SABÓIA, João (1997). Redução do tamanho dos estabelecimentos da indústria de transformação – causas conjunturais e estruturais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, Recife. **Anais...** Recife : ANPEC. v.2.
- SALM, Claudio; FOGAÇA, Azuete (1992). Modernização industrial e a questão dos recursos humanos. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, Campinas, n.1, ago.

- SALM, Claudio; SABÓIA, João; CARVALHO, Paulo G. M. (1997). Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidências empíricas. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro : IPEA, v.27, n.2, ago.
- SALM, Claudio; SABÓIA, João; CARVALHO, Paulo G. M. (1996). Produtividade na indústria brasileira – uma contribuição ao debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24, Campinas. **Anais...** Campinas : ANPEC. v.2.
- SCHNEIDER, Anderson L. (1999). **Um análise do emprego no Brasil dos anos noventa**. Porto Alegre : UFRGS. (Monografia).